

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Ministério da Integração Nacional, órgão da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada;

II - formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;

III - estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;

IV - estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal;

V - estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;

VI - estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;

VII - acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;

- VIII - defesa civil;
- IX - obras contra as secas e de infra-estrutura hídrica;
- X - formulação e condução da política nacional de irrigação;
- XI - ordenação territorial; e
- XII - obras públicas em faixas de fronteiras.

CAPITULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Ministério da Integração Nacional tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete do Ministro;

b) Secretaria-Executiva:

- 1. Departamento de Gestão Estratégica; e
- 2. Departamento de Gestão Interna;

c) Consultoria Jurídica;

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional:

- 1. Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional; e
- 2. Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional;

b) Secretaria de Programas Regionais:

- 1. Departamento de Programas das Regiões Norte e Nordeste; e
- 2. Departamento de Programas das Regiões Sul e Sudeste;

c) Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste:

- 1. Departamento de Desenvolvimento Regional; e
- 2. Departamento de Promoção de Investimentos;

d) Secretaria Nacional de Defesa Civil:

- 1. Departamento de Articulação e Gestão de Defesa Civil;
- 2. Departamento de Resposta aos Desastres e Reconstrução; e
- 3. Departamento de Minimização de Desastres;

e) Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica:

- 1. Departamento de Desenvolvimento Hidroagrícola; e
- 2. Departamento de Obras Hídricas;

III - órgãos colegiados:

a) Conselho Nacional de Defesa Civil;

b) Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno;

c) Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste;

d) Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;

e) Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; e

f) Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santos;

IV - entidades vinculadas:

a) autarquias:

- 1. Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA;
- 2. Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE; e
- 3. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS;

b) empresa pública: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado

Art. 3º Ao Gabinete do Ministro compete:

I - assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de expedientes;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse ou iniciativa do Ministério, em tramitação no Congresso Nacional, e assessorar o Ministro de Estado no atendimento às consultas e requerimentos formulados por parlamentares;

III - exercer as atividades de comunicação social relativas às realizações do Ministério e de suas entidades vinculadas; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implantação das ações da área de competência do Ministério;

II - realizar a coordenação global da representação do Ministério em órgãos colegiados e encontros técnicos, orientar e acompanhar a sua atuação; e

III - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, por intermédio das unidades, a ela subordinadas.

Art. 5º Ao Departamento de Gestão Estratégica compete supervisionar e coordenar as ações de planejamento, modernização, informação e informática, orçamento e, especificamente:

I - orientar e coordenar o processo de estabelecimento de diretrizes estratégicas e a elaboração dos planos de curto, médio e longo prazos das ações do Ministério, disponibilizando sistemas de cobrança de resultados gerenciais;

II - coordenar e acompanhar a atuação dos órgãos do Ministério e das entidades à ele vinculadas, com vistas ao cumprimento das políticas, metas e projetos estabelecidos;

III - formular e implementar estratégias e mecanismos de integração e fortalecimento institucional do Ministério e das entidades vinculadas;

IV - sistematizar e disponibilizar informações gerenciais, mediante tratamento dos dados fornecidos pelos sistemas de informações, visando dar suporte ao processo decisório e à supervisão Ministerial;

V - orientar as unidades do Ministério no planejamento, sistematização, padronização e implantação de técnicas e instrumentos de gestão;

VI - coordenar a elaboração, acompanhar e avaliar o cumprimento dos contratos de gestão firmados com o Ministério; e

VII - orientar e coordenar os trabalhos de elaboração de informações para compor os relatórios institucionais sobre o desempenho dos programas do Ministério.

Art. 6º Ao Departamento de Gestão Interna compete promover a execução das atividades dos sistemas federais referidos no art. 4º, no que couber, bem como informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas e, especificamente:

I - elaborar e consolidar os planos e programas relativos às atividades de sua área de competência;

II - desenvolver as atividades de execução orçamentária e financeira, no âmbito do Ministério;

III - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário;

IV - realizar ações de desenvolvimento de recursos humanos e de administração de pessoal, no âmbito do Ministério;

V - desenvolver as atividades de administração de serviços gerais e de gestão documental e informações bibliográficas; e

VI - executar das atividades relativas à celebração e à prestação de contas dos convênios, acordos e outros instrumentos congêneres.

Art. 7º À Consultoria Jurídica compete:

I - assessorar o Ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica;

II - exercer a coordenação das atividades jurídicas do Ministério e das entidades vinculadas;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação do Ministro de Estado;

V - assistir ao Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica; e

VI - examinar prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de edital de licitação, bem como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem celebrados e publicados; e

b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação.

Parágrafo único. A Consultoria Jurídica, exerce, ainda, o papel de órgão setorial da Advocacia-Geral da União.

Seção II
Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 7º À Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional compete:

I - conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento nacional integrada;

II - promover a participação institucional do Ministério da Integração Nacional em instâncias representativas do desenvolvimento regional;

III - promover a articulação e integração de ações direcionadas à integração nacional e ao desenvolvimento regional;

IV - estabelecer estratégias de integração das economias regionais;

V - articular e acompanhar as ações relativas ao zoneamento ecológico-econômico no âmbito das competências do Ministério;

VI - estabelecer diretrizes para orientar as ações de ordenação territorial;

VII - propor diretrizes e prioridades, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, para aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste - FNE, do Norte - FNO e do Centro-Oeste- FCO, em articulação com os órgãos regionais de desenvolvimento e a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

VIII - propor diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento regionais e dos benefícios e incentivos fiscais;

IX - propor normas para a operacionalização dos programas de financiamento do FNO, FNE e das programações orçamentárias dos fundos de desenvolvimento regionais; e

X - exercer as atividades de secretaria-executiva dos Conselhos Deliberativos para o Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.

Art. 8º Ao Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional compete:

I - coordenar, promover e compatibilizar estudos, visando à formulação e implementação da política de desenvolvimento nacional integrada e o desenvolvimento regional;

II - acompanhar e avaliar a execução da política de desenvolvimento nacional integrada;

III - desenvolver estudos para a promoção da coesão territorial e social entre os entes federativos e para a ampliação e consolidação de seus elos econômicos;

IV - coordenar a formulação, acompanhar e avaliar a implementação de planos e programas regionais de desenvolvimento;

V - desenvolver estudos e acompanhar e avaliar o impacto das ações governamentais na condução da política de desenvolvimento nacional integrada e no desenvolvimento regional;

VI - conceber, implementar e operar sistema informatizado de acompanhamento e avaliação da execução dos planos regionais de desenvolvimento;

VII - promover a articulação e integração das políticas, dos planos e dos programas regionais de desenvolvimento em âmbito federal, estadual e municipal, bem assim com o setor privado e a sociedade civil;

VIII - acompanhar, analisar e avaliar os aspectos institucionais da execução da política de desenvolvimento nacional integrada;

IX - compatibilizar os critérios de aplicação dos recursos dos instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional com a política de desenvolvimento nacional integrada; e

X - realizar estudos de zoneamento ecológico-econômico e ordenação territorial.

Art. 9º Ao Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional compete:

I - propor as diretrizes e prioridades, em consonância com os Planos Regionais de Desenvolvimento, para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em articulação com os órgãos regionais de desenvolvimento e com a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II - coordenar o estabelecimento das diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regionais e dos benefícios e incentivos fiscais;

III - elaborar estudos com vistas à uniformização de normas e procedimentos operacionais dos Fundos Constitucionais de Financiamento;

IV - acompanhar e propor, quando necessário, ajustes na regulamentação dos Fundos de Desenvolvimento Regionais;

V - analisar as propostas de programações orçamentárias anuais dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste - FNE, do Norte - FNO e do Centro-Oeste - FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e prioridades traçadas pelo Ministério;

VI - acompanhar e controlar a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, dos Fundos de Desenvolvimento Regionais e dos benefícios e incentivos fiscais, em articulação com os órgãos regionais gestores do FNE, FNO e Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

VII - avaliar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, no que concerne ao cumprimento das diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério;

VIII - representar o Ministério, no âmbito das competências da Secretaria, nas questões institucionais relativas aos Fundos Constitucionais de Financiamento e aos Fundos de Desenvolvimento Regional; e

IX - orientar e coordenar a avaliação dos impactos sociais e econômicos decorrentes da aplicação dos recursos dos instrumentos de desenvolvimento regional.

Art. 10. À Secretaria de Programas Regionais compete:

I - contribuir para a formulação e a implementação da política de desenvolvimento nacional integrada;

II - promover ações de estruturação econômica e de inclusão social, visando o desenvolvimento regional sustentável, em consonância com a política de desenvolvimento nacional integrada;

III - articular os programas e ações da Secretaria com os demais do Plano Plurianual;

IV - articular, integrar e compatibilizar programas e ações da Secretaria com órgãos e entidades do Ministério, e com os demais órgãos da administração federal, dos Estados e dos Municípios e com a sociedade civil;

V - realizar parcerias com outros órgãos públicos e organizações da sociedade civil, inclusive mediante a promoção e apoio à criação e ao funcionamento de entidades e fóruns representativos;

VI - supervisionar e acompanhar a implementação de ações para comunidades com problemas de baixo desenvolvimento econômico e social, visando a sua organização produtiva e inserção competitiva no mercado de trabalho; e

VII - promover e implementar ações de apoio às regiões integradas de desenvolvimento.

Art. 11. Ao Departamento de Programas das Regiões Norte e Nordeste, em sua área de abrangência, compete:

I - estimular a participação e a capacidade de organização social como fatores de desenvolvimento regional pela mobilização e articulação de instituições e atores da sociedade civil local;

II - incentivar o fortalecimento da base sócio-econômica e regional, por meio da diversificação da base produtiva de geração de emprego e renda, do adensamento de cadeias produtivas e manejo sustentável dos recursos naturais;

III - implementar programas, projetos e ações da Secretaria em âmbito local, micro ou mesorregional em áreas com vulnerabilidades econômicas e sociais; e

IV - implementar, acompanhar e avaliar as ações de desenvolvimento social na faixa de fronteira, no âmbito da Região Norte.

Art. 12. Ao Departamento de Programas das Regiões Sul e Sudeste, em sua área de abrangência, compete:

I - estimular a participação e a capacidade de organização social como fatores de desenvolvimento regional pela mobilização e articulação de instituições e atores da sociedade civil local;

II - incentivar o fortalecimento da base sócio-econômica e regional, por meio da diversificação da base produtiva de geração de emprego e renda, do adensamento de cadeias produtivas e manejo sustentável dos recursos naturais;

III - implementar outros programas, projetos e ações da Secretaria em âmbito local, micro ou mesorregional em áreas com vulnerabilidades econômicas e sociais; e

IV - implementar, acompanhar e avaliar as ações de desenvolvimento social na faixa de fronteira, no âmbito da Região Sul.

Art. 13. À Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste compete:

I - contribuir para a formulação da política de desenvolvimento nacional integrada;

II - formular, propor e coordenar a implantação dos planos e programas de desenvolvimento para a região Centro-Oeste;

III - promover, em seus rebatimentos para a região Centro-Oeste, a articulação das políticas regionais de desenvolvimento em âmbito federal, estadual e municipal;

IV - formular e implementar políticas voltadas ao aprimoramento dos instrumentos fiscais e financeiros de apoio ao desenvolvimento do Centro-Oeste;

V - articular a ação do Governo e de atores sociais, visando a convergência de interesses públicos e privados em programas e projetos que beneficiem o desenvolvimento do Centro-Oeste;

VI - participar, junto com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, da elaboração de diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste- FCO;

VII - propor normas para a operacionalização dos programas de financiamento e da programação orçamentária do FCO; e

VIII - exercer as atividades de secretaria-executiva do Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Art. 14. Ao Departamento de Desenvolvimento Regional compete:

I - articular as ações da Secretaria com órgãos públicos e organizações da sociedade civil, com vistas à promoção do desenvolvimento de áreas social e economicamente vulneráveis;

II - executar e monitorar a implementação de Planos e Programas de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

III - implementar, em articulação com outros órgãos públicos, programas, projetos e ações de geração de emprego e renda nas áreas de menor dinamismo socioeconômico da região Centro-Oeste, inclusive nas áreas de faixa de fronteira;

IV - promover a elaboração e a implementação do Programa Especial para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998;

V - apoiar e articular ações de assistência técnica, inovação tecnológica e capacitação de recursos humanos de áreas social e economicamente vulneráveis;

VI - promover a implantação de infra-estrutura econômica em apoio à integração ao mercado de produtores de áreas economicamente vulneráveis; e

VII - apoiar ações de proteção ambiental em áreas ecologicamente vulneráveis.

Art. 15. Ao Departamento de Promoção de Investimentos compete:

I - identificar oportunidades e promover ações para a efetivação de investimentos estratégicos e de empreendimentos produtivos no Centro-Oeste;

II - articular fontes de financiamento e propor estratégias financeiras que promovam as exportações da Região e viabilizem o apoio a novos negócios e ao micro e pequeno produtor regional;

III - apoiar e articular ações de assistência técnica e inovação tecnológica voltadas à promoção de investimentos na região Centro-Oeste;

IV - analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e prioridades traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e

V - gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Art. 16. À Secretaria Nacional de Defesa Civil compete:

I - formular e conduzir a Política Nacional de Defesa Civil;

II - contribuir para a formulação da política de desenvolvimento nacional integrada;

III - estabelecer estratégias e diretrizes para orientar as ações de redução de desastres, em especial planejar e promover a defesa permanente contra as secas e inundações, em âmbito nacional;

IV - coordenar e promover, em articulação com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, a implementação de ações conjuntas dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC;

V - promover, em articulação com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, a organização e a implementação de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil - COMDEC;

VI - instruir processos para o reconhecimento, pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, de situações de emergência e de estado de calamidade pública;

VII - participar de órgãos colegiados que tratem da execução de medidas relacionadas com a proteção da população, preventivas e em caso de desastres, inclusive acidente nuclear;

VIII - promover o intercâmbio técnico entre organismos governamentais internacionais de proteção e defesa civil, participando como membro representante da Defesa Civil Brasileira; e

IX - exercer as atividades de secretaria-executiva do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC.

Parágrafo único. A Secretaria Nacional de Defesa Civil preside a Junta Deliberativa do Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP e exerce, ainda, o papel de órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 17. Ao Departamento de Articulação e Gestão de Defesa Civil compete:

I - subsidiar a formulação e a definição de diretrizes gerais relacionadas com a Política Nacional de Defesa Civil;

II - manter o Sistema de Informações sobre Desastres no Brasil - SINDESB;

III - realizar estudos epidemiológicos sobre desastres e implementar projetos, no âmbito do SINDEC;

IV - analisar e compatibilizar com a Política Nacional de Defesa Civil os planos de defesa civil elaborados pelos órgãos do SINDEC;

V - desenvolver ações para o intercâmbio técnico-científico do SINDEC com os Sistemas de Defesa Civil de outros países e com os organismos internacionais que atuam nessa área;

VI - prestar apoio administrativo à Junta Deliberativa do FUNCAP e propor critérios e normas para aplicação e controle dos recursos provenientes desse Fundo;

VII - promover estudos com vistas à obtenção de novas fontes de recursos para os programas de redução de desastres; e

VIII - supervisionar e acompanhar as operações de crédito internas e externas, relativas às atividades de defesa civil.

Art. 18. Ao Departamento de Resposta aos Desastres e Reconstrução compete:

I - desenvolver e implementar programas e projetos relacionados com as ações de resposta aos desastres e de reconstrução;

II - coordenar, em âmbito nacional, o desenvolvimento das ações de resposta aos desastres e de reconstrução, em apoio aos órgãos do SINDEC;

III - orientar a elaboração dos planos de contingência relacionados com o gerenciamento das atividades de resposta aos desastres, em âmbito nacional;

IV - promover a implementação de projetos relativos à mobilização, ao aparelhamento e apoio logístico, à proteção da população contra riscos de desastres focais e de acidentes com produtos químicos, biológicos e radiológicos e de controle do transporte de produtos perigosos;

V - coordenar, em âmbito nacional, as atividades relacionadas com a proteção da população, em casos de desastres, inclusive os acidentes nucleares;

VI - coordenar as atividades relacionadas com o controle de queimadas e com a prevenção e o combate aos incêndios florestais; e

VII - analisar as solicitações de reconhecimento de situação de emergência e de estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CONDEC.

Art. 19. Ao Departamento de Minimização de Desastres compete:

I - desenvolver e implementar programas e projetos voltados à prevenção de desastres e preparação para emergências e desastres;

II - desenvolver a Doutrina Nacional de Defesa Civil, no âmbito do SINDEC;

III - promover a implementação de projetos relacionados com o desenvolvimento de recursos humanos, desenvolvimento institucional, desenvolvimento científico e tecnológico, mudança cultural, motivação e articulação empresarial, informação e estudos epidemiológicos sobre desastres e de monitorização, alerta e alarme;

IV - desenvolver ações de monitorização e de previsão de desastres;

V - promover, no âmbito do SINDEC, o desenvolvimento de estudos relacionados com avaliação de riscos de desastres e organização de mapas de áreas de riscos e outros mapas temáticos pertinentes;

VI - propor ao CONDEC critérios para a elaboração, análise e avaliação de planos, programas e projetos de redução de desastres, bem como para a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública;

VII - promover o desenvolvimento de recursos humanos em Defesa Civil; e

VIII - secretariar as reuniões do CONDEC.

Art. 20. À Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica compete:

I - formular e conduzir a política nacional de irrigação;

II - orientar e supervisionar a formulação de planos, programas e projetos de aproveitamento de recursos hídricos;

III - apoiar a operação, a manutenção e a recuperação de obras de infra-estrutura hídrica;

IV - elaborar e conduzir os programas e ações de convivência com a seca, com ênfase no aproveitamento de recursos hídricos para uso humano;

V - promover a implementação de programas e projetos de irrigação e sua autonomia administrativa e operacional;

VI - propor e regulamentar a concessão da implantação, operação e manutenção de obras públicas de infra-estrutura hídrica;

VII - contribuir para a formulação da política de desenvolvimento nacional integrada.

VIII - propor, analisar e aprovar estudos sócio-econômicos, ambientais e hidráulicos referentes a projetos de aproveitamento de recursos hídricos; e

IX - acompanhar, supervisionar e fiscalizar a implantação de ações voltadas ao aproveitamento dos recursos da água e do solo.

Art. 21. Ao Departamento de Desenvolvimento Hidroagrícola compete:

I - conduzir o processo de formulação da política nacional de irrigação;

II - acompanhar e avaliar a execução da política nacional de irrigação, inclusive dos instrumentos que lhe dão suporte;

III - conceber, elaborar, promover e apoiar a implementação de programas e projetos de aproveitamento hidroagrícola e outros projetos complementares afins;

IV - apoiar e promover ações que visem a autonomia administrativa e operacional dos usuários de projetos de irrigação;

V - desenvolver e implementar projetos de capacitação de pessoal em gestão de projetos hídricos, de modo a colaborar com órgãos federais e estaduais na gestão integrada de recursos hídricos; e

VI - supervisionar a implementação das ações de irrigação e drenagem.

Art. 22. Ao Departamento de Obras Hídricas compete:

I - apoiar a execução de obras de reservação, abastecimento, drenagem, perfuração de poços, de proteção e de retificação de canais naturais;

II - apoiar e acompanhar a execução de ações de convivência com a seca, com ênfase no aproveitamento dos recursos hídricos;

III - proceder exames prévios em projetos técnicos visando à celebração de convênios com estados, municípios, Distrito Federal e outras instituições;

IV - efetuar o controle e a supervisão da execução de obras hídricas e atividades que utilizem recursos liberados por meio de convênios;

V - promover a integração das ações de fortalecimento da infra estrutura hídrica; e

VI - acompanhar a implantação das ações dos projetos voltados para a ampliação da oferta hídrica.

Seção III
Dos Órgãos Colegiados

Art. 23. Ao Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC compete cumprir as competências especificadas no Decreto nº 895, de 16 de agosto de 1993.

Art. 24. Ao Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - COARIDE compete cumprir as competências especificadas no Decreto nº 2.710, de 4 de agosto de 1998.

Art. 25. Ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO compete cumprir as competências especificadas na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Art. 26. Ao Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - CONDEAM compete cumprir as competência especificadas na Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001.

Art. 27. Ao Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - CONDENOR compete cumprir as competências especificadas na Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001.

Art. 28. Ao Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - GERES compete cumprir as competências especificadas na Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969.

CAPÍTULO IV
ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Secretário-Executivo

Art. 29. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - supervisionar e avaliar a execução dos programas e ações do Ministério;

II - promover a integração e a articulação das ações dos órgãos e entidades do Ministério;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria-Executiva;

IV - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério;e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Seção II
Dos Secretários

Art. 30. Aos Secretários incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades dos órgãos das respectivas Secretarias e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em regimento interno.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, aos Secretários, exercer as atribuições que lhes forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação a autoridade diretamente subordinada.

Seção III
Dos Demais Dirigentes

Art. 31. Ao Chefe de Gabinete do Ministro, ao Consultor Jurídico, aos Diretores e demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em suas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, aos Diretores supervisionar e acompanhar a execução de atividades que promovam o alcance dos objetivos dos programas e projetos de governo, afetos a sua área de atuação.

CAPITULO V
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.32. O regimento interno definirá o detalhamento dos órgãos integrantes da Estrutura Regimental, das competências das respectivas unidades e das atribuições de seus dirigentes.

| ANEXO II | | | | | | | |
|--|------------------------|--|--------|----------------------------------|----------------|--|-------------------------|
| a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL | | | | Coordenação | 01 05 | Coordenador Assistente Técnico | 101.3 102.1 |
| UNIDADE | CARGO/ FUNÇÃO Nº | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO | DAS/FG | Assessoria Parlamentar | 01 01 | Chefe de Assessoria Assessor Técnico | 101.4 102.3 |
| GABINETE DO MINISTRO | 05 | Assessor Especial | 102.5 | Coordenação | 02 03 | Coordenador Assistente | 101.3 102.2 |
| | 01 | Assessor Especial de Controle Inter-no | 102.5 | Assessoria de Comunicação Social | 01 01 | Chefe da Assessoria Assessor Técnico | 101.4 102.3 |
| | 04 | Assessor | 102.4 | Coordenação | 02 01 01 | Coordenador Assistente Assistente Técnico | 101.3 102.2 102.1 |
| | 05 | Assessor Técnico | 102.3 | SECRETARIA-EXECUTIVA | 01 02 04 | Secretário-Executivo Assessor Assistente Técnico | NE 102.4 102.1 |
| | 02 | Assistente | 102.2 | | 01 01 | Chefe de Gabinete Chefe de Serviço | 101.4 101.1 |
| | 06 | Assistente Técnico | 102.1 | | | | |
| | 28 | | FG-1 | | | | |
| | 05 | | FG-2 | | | | |
| | 01 | Chefe de Gabinete | 101.5 | | | | |
| | 02 | Assistente Técnico | 102.1 | | | | |
| Assessoria Técnica e Administrativa | 01 | Chefe de Assessoria | 101.4 | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|--|---|--------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| Departamento de Gestão Estratégica | 01 | Diretor | 101.5 | Departamento de Programas das Regiões Norte e Nordeste | 02 | Assessor Técnico | 102.3 | | |
| | 01 | Assistente Técnico | 102.1 | | Departamento de Programas das Regiões Sul e Sudeste | 01 | Diretor | 101.5 | |
| | 01 | Chefe de Serviço | 101.1 | | | 02 | Gerente | 101.4 | |
| | 01 | Coordenador-Geral | 101.4 | | | | Assessor Técnico | 102.3 | |
| | 02 | Coordenador | 101.3 | | | | Assistente | 102.2 | |
| | 03 | Assistente | 102.2 | | | | Assistente Técnico | 102.1 | |
| | 01 | Coordenador-Geral | 101.4 | | | 02 | Diretor | 101.5 | |
| | 02 | Coordenador | 101.3 | | | | 03 | Gerente | 101.4 |
| | 06 | Assistente | 102.2 | | | | | Assessor Técnico | 102.3 |
| | 01 | Coordenador-Geral | 101.4 | | | | | Assistente | 102.2 |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização | 01 | Coordenador-Geral | 101.4 | 02 | | Assistente Técnico | | 102.1 | |
| | 02 | Coordenador | 101.3 | | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE | 01 | Secretário | 101.6 | |
| | 03 | Assistente | 102.2 | | | 01 | Assessor Técnico | 102.3 | |
| | 01 | Coordenador-Geral | 101.4 | | | | Assistente Técnico | 102.1 | |
| Coordenação-Geral de Orçamento | 01 | Coordenador-Geral | 101.4 | 03 | | Gerente | 101.4 | | |
| | 01 | Coordenador | 101.3 | | 02 | Assessor Técnico | 102.3 | | |
| | 04 | Assistente | 102.2 | | | 03 | Assistente | 102.2 | |
| Coordenação Serviço | 01 | Coordenador | 101.3 | 02 | | | Assistente Técnico | 102.1 | |
| | 02 | Chefe de Serviço | 101.1 | | 02 | | Assistente Técnico | 102.1 | |
| Departamento de Gestão Interna | 01 | Diretor | 101.5 | | | 01 | Secretário | 101.6 | |
| | Serviço | 01 | Assistente Técnico | 102.1 | | | 01 | Assessor Técnico | 102.3 |
| 01 | | Chefe de Serviço | 101.1 | 01 | Assistente Técnico | | | 102.1 | |
| Coordenação Serviço | 01 | Coordenador | 101.3 | | 01 | Chefe de Serviço | 101.1 | | |
| | 03 | Chefe de Serviço | 101.1 | 01 | | Diretor | 101.5 | | |
| Coordenação-Geral de Convênios | 01 | Coordenador-Geral | 101.4 | | 01 | Assistente Técnico | 102.1 | | |
| | 02 | Coordenador | 101.3 | 03 | | Gerente | 101.4 | | |
| Coordenação Divisão | 05 | Chefe de Divisão | 101.2 | | | Assessor Técnico | 102.3 | | |
| Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira | 01 | Coordenador-Geral | 101.4 | 01 | Diretor | 101.5 | | | |
| | Coordenação Divisão | 01 | Coordenador | | 101.3 | 01 | Assistente Técnico | 102.1 | |
| 03 | | Chefe de Divisão | 101.2 | 02 | Gerente | | 101.4 | | |
| Coordenação-Geral de Recursos Humanos | 01 | Coordenador-Geral | 101.4 | | 02 | Assessor Técnico | 102.3 | | |
| | Coordenação Divisão | 02 | Coordenador | 101.3 | | 02 | Assessor Técnico | 102.3 | |
| 04 | | Chefe de Divisão | 101.2 | 01 | Secretário | | 101.6 | | |
| Serviço | 03 | Chefe de Serviço | 101.1 | | 01 | Assessor Técnico | 102.3 | | |
| Coordenação-Geral de Suporte Logístico | 01 | Coordenador-Geral | 101.4 | 01 | | Assistente Técnico | 102.1 | | |
| | Coordenação Divisão | 02 | Coordenador | | 101.3 | 01 | Gerente | 101.4 | |
| 03 | | Chefe de Divisão | 101.2 | 01 | Assessor Técnico | | 102.3 | | |
| Serviço | 03 | Chefe de Serviço | 101.1 | | 01 | Chefe de Serviço | 101.1 | | |
| CONSULTORIA JURÍDICA | 1 | Consultor Jurídico | 101.5 | Departamento de Articulação e Gestão de Defesa Civil | | 01 | Diretor | 101.5 | |
| | 2 | Assessor Técnico | 102.3 | | 01 | Assistente Técnico | 102.1 | | |
| | 1 | Coordenador | 101.3 | | | 01 | Gerente | 101.4 | |
| | 1 | Chefe de Serviço | 101.1 | | | | Assistente | 102.2 | |
| Coordenação-Geral de Análise de Atos Oficiais e Procedimentos Administrativos | 1 | Coordenador-Geral | 101.4 | Departamento de Resposta aos Desastres e Reconstrução | | 01 | Diretor | 101.5 | |
| | 2 | Assistente | 102.2 | | 01 | Assistente Técnico | 102.1 | | |
| Coordenação-Geral de Assessoramento Jurídico | 1 | Coordenador-Geral | 101.4 | | | 01 | Gerente | 101.4 | |
| | 2 | Assistente | 102.2 | | | 03 | Assistente | 102.2 | |
| SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 01 | Secretário | 101.6 | Departamento de Minimização de Desastres | 01 | Diretor | 101.5 | | |
| | Serviço | 01 | Assessor Técnico | | 102.3 | 01 | Assistente Técnico | 102.1 | |
| | | 01 | Chefe de Serviço | | 101.1 | | 01 | Gerente | 101.4 |
| | | 03 | Assistente | | 102.2 | | Assistente | 102.2 | |
| Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional | 01 | Diretor | 101.5 | SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA | 01 | Secretário | 101.6 | | |
| | 03 | Gerente | 101.4 | | 01 | Assessor Técnico | 102.3 | | |
| | | 05 | Assessor Técnico | | | 102.3 | Assistente | 102.2 | |
| | | 01 | Assistente | | | 102.2 | Assistente Técnico | 102.1 | |
| | | 01 | Assistente Técnico | | | 102.1 | 01 | Chefe de Serviço | 101.1 |
| | | 01 | Assistente Técnico | | | 102.1 | | 01 | Gerente |
| Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional | 01 | Diretor | 101.5 | 01 | Assessor Técnico | 102.3 | | | |
| | 02 | Gerente | 101.4 | | 02 | Assistente | 102.2 | | |
| | | 04 | Assessor Técnico | | | 102.3 | Assistente Técnico | 102.1 | |
| | | 02 | Assistente | | | 102.2 | 01 | Chefe de Serviço | 101.1 |
| 02 | | Assistente Técnico | 102.1 | 03 | | Gerente | | 101.4 | |
| SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS | 01 | Secretário | 101.6 | | 05 | Assessor Técnico | 102.3 | | |
| | 01 | Assistente Técnico | 102.1 | Departamento de Obras Hídricas | | 01 | Diretor | 101.5 | |
| | | 01 | Chefe de Serviço | | | 101.1 | 01 | Assessor Técnico | 102.3 |
| | | 02 | Gerente | | | 101.4 | 01 | Assistente Técnico | 102.1 |
| Serviço | 01 | Chefe de Serviço | 101.1 | | 03 | Gerente | 101.4 | | |
| | 02 | Gerente | 101.4 | 04 | | Assessor Técnico | 102.3 | | |
| | | 01 | Chefe de Serviço | | | 101.1 | 04 | Assessor Técnico | 102.3 |
| | | 02 | Gerente | | | 101.4 | | 04 | Assessor Técnico |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

| CÓDIGO | DAS - UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
|--------------|----------------|----------------|-------------|---------------|-------------|
| | | QTDE. | VALOR TOTAL | QTDE. | VALOR TOTAL |
| NE | 6,56 | 1 | 6,56 | 1 | 6,56 |
| DAS 101.6 | 6,15 | 5 | 30,75 | 5 | 30,75 |
| DAS 101.5 | 5,16 | 16 | 82,56 | 15 | 77,40 |
| DAS 101.4 | 3,98 | 44 | 175,12 | 41 | 163,18 |
| DAS 101.3 | 1,28 | 64 | 81,92 | 20 | 25,60 |
| DAS 101.2 | 1,14 | 55 | 62,70 | 15 | 17,10 |
| DAS 101.1 | 1,00 | 32 | 32,00 | 20 | 20,00 |
| DAS 102.5 | 5,16 | 6 | 30,96 | 6 | 30,96 |
| DAS 102.4 | 3,98 | 8 | 31,84 | 6 | 23,88 |
| DAS 102.3 | 1,28 | 17 | 21,76 | 46 | 58,88 |
| DAS 102.2 | 1,14 | 12 | 13,68 | 40 | 45,60 |
| DAS 102.1 | 1,00 | 22 | 22,00 | 40 | 40,00 |
| SUBTOTAL (1) | | 282 | 591,85 | 255 | 539,91 |
| FG-1 | 0,20 | 51 | 10,20 | 28 | 5,60 |
| FG-2 | 0,15 | 41 | 6,15 | 5 | 0,75 |
| FG-3 | 0,12 | 45 | 5,40 | 0 | 0,00 |
| SUBTOTAL (2) | | 137 | 21,75 | 33 | 6,35 |
| TOTAL (1+2) | | 419 | 613,60 | 288 | 546,26 |

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS

| CÓDIGO | DAS - UNITÁRIO | DA SEGES/MP P/ O MI (a) | | DO MI P/ A SEGES/MP (b) | |
|--------------------------------|----------------|-------------------------|-------------|-------------------------|-------------|
| | | QTDE. | VALOR TOTAL | QTDE. | VALOR TOTAL |
| NE | 6,56 | | | | |
| DAS 101.6 | 6,15 | | | | |
| DAS 101.5 | 5,16 | | | 01 | 5,16 |
| DAS 101.4 | 3,98 | | | 03 | 11,94 |
| DAS 101.3 | 1,28 | | | 44 | 56,32 |
| DAS 101.2 | 1,14 | | | 40 | 45,60 |
| DAS 101.1 | 1,00 | | | 12 | 12,00 |
| DAS 102.5 | 5,16 | | | | |
| DAS 102.4 | 3,98 | | | 02 | 7,96 |
| DAS 102.3 | 1,28 | 29 | 37,12 | | |
| DAS 102.2 | 1,14 | 28 | 31,92 | | |
| DAS 102.1 | 1,00 | 18 | 18,00 | | |
| SUBTOTAL 1 | | 75 | 87,04 | 102 | 138,98 |
| FG-1 | 0,20 | | | 23 | 4,60 |
| FG-2 | 0,15 | | | 36 | 5,40 |
| FG-3 | 0,12 | | | 45 | 5,40 |
| SUBTOTAL 2 | | 0 | 0 | 104 | 15,40 |
| TOTAL (1+2) | | 75 | 87,04 | 206 | 154,38 |
| Saldo do Remanejamento (a - b) | | | | -131 | - 67,34 |